

ESTATUTO DA APAE DE JARINU**CAPÍTULO I****Da Denominação, Sede e Fins.**

Art. 1º – A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jarinu ou, abreviadamente, APAE de Jarinu, fundada em Assembleia realizada em 16 de Dezembro de 2004 nesta cidade de Jarinu/SP, passa a regular-se por este Estatuto, pelo Regimento Interno e pela legislação civil em vigor.

Art. 2º – A APAE de Jarinu é uma associação civil, beneficente, com atuação nas áreas de assistência social, educação, saúde, prevenção, trabalho, profissionalização, defesa e garantia de direitos, esporte, cultura, lazer, estudo, pesquisa e outros, sem fins lucrativos ou de fins não econômicos, com duração indeterminada, tendo sede na Av. João Pedro Ferraz, nº 823, bairro Esplanada do Carmo, e foro no município de Jarinu, estado de São Paulo.

Art. 3º – A APAE de Jarinu tem por MISSÃO promover e articular ações de defesa de direitos e prevenção, orientações, prestação de serviços, apoio à família, direcionadas à melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência e à construção de uma sociedade justa e solidária.

Art. 4º – A APAE de Jarinu adota como símbolo a figura da flor margarida, com pétalas amarelas, centro laranja, pedúnculo e duas folhas verdes, uma de cada lado, ladeada por duas mãos em perfil, na cor cinza, desniveladas, uma em posição de amparo e a outra, de orientação, tendo embaixo, partindo do centro, dois ramos de louro, contendo tantas folhas quanto forem os números dos estados brasileiros mais o Distrito Federal.

Parágrafo Único – A utilização e a aplicação do símbolo do movimento apaeano deverá observar cores, proporções, áreas de isolamento, tipografia, formatação das assinaturas, em conformidade com o manual da marca expedido pela Federação Nacional das APAEs.

Art. 5º – A bandeira da APAE de Jarinu, na cor azul, contendo ao centro o símbolo do movimento apaeano e o nome da APAE, terá dimensões na proporção de 1 de altura por 1,5 de largura.

Parágrafo Único – A confecção da bandeira, contemplando a aplicação da marca e das cores, deverá estar em conformidade com o manual da bandeira expedido pela Federação Nacional das APAEs.

Art. 6º – Os eventos realizados pela APAE poderão utilizar como instrumento norteador o *Manual Básico – Cerimonial da Rede APAE*, elaborado pela Federação Nacional das APAEs, para organização de seus protocolos.

Art. 7º – O dia 11 de dezembro é consagrado como Dia Nacional das APAEs (Lei nº 10.242, de 19 de junho de 2001), e deverá, obrigatoriamente, ser comemorado com o hasteamento da bandeira da APAE.

Art. 8º – Considera-se “Excepcional” ou “Pessoa com Deficiência” aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas.

Art. 9º – São os seguintes os fins e objetivos desta APAE, nos limites territoriais do seu município, voltados a promoção de atividades de finalidades de relevância pública e social, em especial:

I – promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, e transtornos globais do desenvolvimento, em seus ciclos de vida: crianças, adolescentes, adultos e idosos, buscando assegurar-lhes o pleno exercício da cidadania;

II – prestar serviço de habilitação e reabilitação ao público definido no inciso I deste artigo, e a promoção de sua integração à vida comunitária no campo da assistência social, realizando atendimento, assessoramento, defesa e garantia de direitos, de forma isolada ou cumulativa às pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, e para suas famílias;

III – prestar serviços de educação especial às pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla;

IV – oferecer serviços na área da saúde, desde a prevenção, visando assegurar uma melhor qualidade de vida para as pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla.

Art. 10 – Para consecução de seus fins, a APAE se propõe a:

I – executar serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, de forma gratuita, permanente e continuada aos usuários da assistência social e a quem deles necessitar, sem qualquer discriminação, de forma planejada, diária e sistemática, não se restringindo apenas a distribuição de bens, benefícios e encaminhamentos;

II – promover campanhas financeiras de âmbito municipal e colaborar na organização de campanhas nacionais, estaduais e regionais, com o objetivo de arrecadar fundos destinados ao financiamento das ações de atendimento à pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, bem como a realização das finalidades da APAE;

III – incentivar a participação da comunidade e das instituições públicas e privadas nas ações e nos programas voltados à prevenção e ao atendimento da pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla;

IV – promover parcerias com a comunidade e com instituições públicas e privadas, oportunizando a habilitação e a colocação da pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, no mundo do trabalho;

V – participar do intercâmbio entre as entidades coirmãs, as análogas filiadas, as associações congêneres e as instituições oficiais municipais, nacionais e internacionais;

VI – manter publicações técnicas especializadas sobre trabalhos e assuntos relativos à causa e à filosofia do Movimento Apaeano;

VII – solicitar e receber recursos de órgãos públicos ou privados, e contribuições de pessoas físicas;

VIII – firmar parcerias com entidades coirmãs e análogas, solicitar e receber recursos de órgãos públicos e privados, e as contribuições de pessoas físicas e jurídicas;

IX – produzir e vender serviços para manutenção da garantia de qualidade da oferta dos serviços prestados;

X – fiscalizar o uso do nome “Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais”, do símbolo e da sigla APAE, informando o uso indevido à Federação das APAEs do Estado ou à Federação Nacional das APAEs;

XI - promover meios para o desenvolvimento de atividades extracurriculares para os seus assistidos e às suas famílias

XII – desenvolver ações de fortalecimento de vínculos familiares, prevenindo a ocorrência de abrigamentos;

XIII – apoiar e/ou gerenciar casas-lares para as pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, em situação de risco social ou abandono;

XIV – garantir a participação efetiva das pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, na gestão das APAEs;

XV – coordenar e executar, nos limites territoriais do seu município, os objetivos, programas e a política da Federação das APAEs do Estado e da Federação Nacional das APAEs, promovendo, assegurando e defendendo o progresso, o prestígio, a credibilidade e a unidade orgânica e filosófica do Movimento Apaeano;

XVI – atuar na definição da política municipal de atendimento à pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, em consonância com a política adotada pela Federação das APAEs do Estado e pela Federação Nacional das APAEs, coordenando e fiscalizando sua execução;

XVII – articular, junto aos poderes públicos municipais e às entidades privadas, políticas que assegurem o pleno exercício dos direitos da pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla;

XVIII – encarregar-se, em âmbito municipal, da divulgação de informações sobre assuntos referentes à pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, incentivando a publicação de trabalhos e de obras especializadas;

XIX – compilar e/ou divulgar as normas legais e os regulamentares federais, estaduais e municipais, relativas à pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, provocando a ação dos órgãos municipais competentes no sentido do cumprimento e do aperfeiçoamento da legislação;

XX – promover e/ou estimular a realização de estatísticas, estudos e pesquisas em relação à causa da pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, propiciando o avanço científico e a permanente formação e capacitação dos profissionais e voluntários que atuam na APAE;

XXI – promover e/ou estimular o desenvolvimento de programas de prevenção da deficiência, de promoção, de proteção, de inclusão, de defesa e de garantia de direitos da pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, de apoio e orientação à sua família e à comunidade;

XXII – estimular, apoiar e defender o desenvolvimento permanente dos serviços prestados pela APAE, impondo-se a observância dos mais rígidos padrões de ética e de eficiência, de acordo com o conceito do Movimento Apaeano;

XXIII – divulgar a experiência apaeana em órgãos públicos e privados, pelos meios disponíveis;

XXIV – desenvolver o programa de auto defensoria, garantindo a participação efetiva das pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, na gestão da APAE;

XXV – promover e articular serviços e programas de prevenção, educação, saúde, assistência social, esporte, lazer, trabalho, visando à plena inclusão da pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla.

Art. 11 – A APAE de Jarinu integra-se, por filiação, à Federação Nacional das APAEs, de quem recebe orientação, assessoramento e permissão para uso de nome, símbolo e sigla APAE, a cujo Estatuto adere.

§ 1º - Após a filiação à Federação Nacional das APAEs, a APAE, será automaticamente filiada à Federação do seu respectivo Estado, a cujo Estatuto adere.

§ 2º – A concessão, a utilização e a permanência do direito de uso do nome, símbolo e sigla APAE pela filiada estão condicionadas à observância do Estatuto, das Resoluções, do Regimento Interno e das decisões dos órgãos diretivos da Federação Nacional das APAEs e da Federação das APAEs dos Estados.

§ 3º – A APAE apresentará, anualmente, à Federação das APAEs do Estado, até o dia 30 de abril, relatório sucinto de suas atividades, plano de ações para o ano seguinte, indicando os pontos positivos e negativos encontrados em sua administração, no exercício.

Art. 12 – A APAE preservará sua autonomia administrativa, financeira e jurídica perante a Federação das APAEs do Estado, Federação Nacional das APAEs, Administração Pública e entidades privadas, não gerando, em nenhuma hipótese, direitos a vínculos empregatícios entre seus funcionários, dirigentes, prepostos e/ou contratados, competindo a cada uma, particularmente e com exclusividade, o cumprimento das suas respectivas obrigações comerciais, contratuais, trabalhistas, sociais, de acidentes do trabalho, previdenciárias, fiscais e tributárias, de conformidade com a legislação vigente e/ou práticas comerciais, financeiras ou bancárias em vigor.

CAPÍTULO II

Dos Associados

Seção I

Do Quadro Social

Art. 13 – A APAE de Jarinu é constituída por número ilimitado de associados, pessoas físicas e jurídicas, neste caso representada pelo Diretor ou Presidente que consta do contrato social.

§1º – São requisitos para admissão do associado: idoneidade, maioridade, capacidade legal, envolvimento com a causa da pessoa com deficiência, compromisso com as ações desenvolvidas pela APAE.

§2º – Os associados não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações e encargos sociais da APAE.

Art. 14 – O quadro social da APAE é constituído pelas seguintes categorias de associados:

I – contribuintes: pessoas físicas e jurídicas, devidamente cadastradas, que contribuem com a APAE por contribuição regular, em dinheiro, mediante manifestação de vontade em contribuir para a execução dos objetivos da APAE, firmando termo de adesão de associado; sendo que o voto da pessoa jurídica será exercido por apenas 01 (um) sócio/diretor representante.

II – beneméritos: pessoas físicas ou jurídicas que, a juízo do Conselho de Administração ou por proposta da Diretoria Executiva, prestam relevantes serviços ao movimento das APAEs;

III – correspondentes: aqueles que prestam colaboração à APAE, porém residem em outros pontos do território nacional ou em outro país;

IV – honorários: personalidades, nacionais ou estrangeiras, que tenham prestado relevantes serviços à causa da pessoa com deficiência, ou que tenham concorrido de maneira apreciável para o progresso da humanidade no campo da deficiência;

V – especiais: pessoas com deficiência, maiores de 16 anos, que estejam matriculadas nos programas de atendimento da APAE, seus pais e mães ou responsáveis legais, sendo-lhes assegurado o direito de votar e de serem votados, exigindo-se o termo de adesão;

VI – fundadores: pessoas que participaram da primeira Assembleia Geral de Fundação da APAE e assinaram a respectiva ata.

Art. 15 – Compete à APAE exigir de seus associados o permanente exercício de conduta ética de forma a preservar e aumentar o conceito do Movimento Apaeano.

Seção II Dos Títulos Honoríficos

Art. 16 – A APAE poderá conceder, em casos especiais, os títulos honoríficos de Agraciado Benemérito e Agraciado Honorário.

I – São Agraciados Beneméritos as personalidades, físicas ou jurídicas, que a juízo do Conselho de Administração ou por proposta da Diretoria Executiva, hajam contribuído de maneira apreciável para o progresso do movimento das APAEs.

II – São Agraciados Honorários as personalidades, nacionais ou estrangeiras, que a juízo do Conselho de Administração ou por proposta da Diretoria Executiva, tenham prestado relevantes serviços à causa da pessoa com deficiência ou tenham concorrido de maneira apreciável para o progresso da humanidade no campo da deficiência;

III – A concessão de título honorífico será deliberada em votação secreta, no mínimo, por dois terços da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração da APAE.

IV – O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva indicarão uma Comissão composta por 2 (dois) membros da Diretoria Executiva e 2 (dois) membros do Conselho de Administração, para examinar as obras e o "*curriculum vitae*" dos indicados, deliberando por votação de, no mínimo, dois terços dos seus membros.

V – A concessão de título honorífico não cria obrigação para o agraciado em relação à APAE, nem lhe assegura os direitos previstos aos associados contribuintes definidos neste Estatuto.

Seção III

Dos Direitos dos Associados

Art. 17 – São direitos assegurados aos Associados Especiais e Contribuintes, quites com suas obrigações sociais:

I – ter o seu filho ou dependente com deficiência matriculado na APAE e utilizar-se dos serviços por ela prestados;

II – participar das Assembleias Gerais;

III – propor candidatos à eleição de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva da APAE;

IV – participar das reuniões da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração da APAE, usando da palavra, mas sem direito a voto;

V – apresentar, à Diretoria Executiva, idéias e sugestões, temas para discussão, teses e assuntos de interesse comum;

VI – participar de todos os eventos organizados pela APAE, pelo Conselho Regional, pela Federação das APAEs do Estado e pela Federação Nacional das APAEs;

VII – apresentar propostas de alteração do Estatuto da APAE, submetendo-as à apreciação e à aprovação do Conselho de Administração da Federação Nacional das APAEs;

VIII – participar de diferentes comissões técnicas, de estudo e de trabalhos, quando convidado e de acordo com sua disponibilidade;

IX – requerer o desligamento do quadro social, mediante solicitação dirigida à Diretoria da APAE;

X – em caso de morte, os direitos do associado não se transferem a terceiros;

XI – convocar os órgãos deliberativos da APAE quando houver requerimento de 1/5 (um quinto) dos associados.

§ 1º – Os associados beneméritos, correspondentes, honorários e fundadores não poderão votar nem serem votados, exceto se forem também associados contribuintes.

§ 2º – Para gozar de qualquer dos direitos acima enumerados, é necessário que o associado se encontre quite com suas obrigações sociais.

§ 3º – Os associados contribuintes, quando funcionários da APAE, com vínculo direto ou indireto, não poderão votar nem serem votados, nem convocar Assembléia Geral Extraordinária.

Seção IV

Das Obrigações dos Associados

Art. 18 – São obrigações dos associados da APAE:

I – manter padrão de conduta ética de forma a preservar e a aumentar o conceito do Movimento Apaeano no município;

II – pagar as contribuições enquanto associados contribuintes, e prestar todas as informações solicitadas pelos órgãos diretivos;

III – aceitar as incumbências que lhes forem atribuídas pelos órgãos diretivos da APAE, participando de diferentes comissões técnicas, de estudo e de trabalhos;

IV – cumprir, acatar e respeitar as disposições estatutárias, as resoluções da Diretoria Executiva, o regimento interno, bem como as decisões dos órgãos diretivos da APAE;

V – informar, por escrito, aos órgãos diretivos da APAE, quando identificar qualquer suspeita de irregularidade no funcionamento de serviços, para averiguação e providências;

VI – submeter as propostas de alteração do Estatuto da APAE à apreciação e à aprovação do Conselho de Administração da Federação Nacional das APAEs.

Seção V

Das Penalidades Aplicáveis aos Associados

Art. 19 – As infrações ao presente Estatuto e as irregularidades de qualquer natureza cometidas pelos Associados acarretarão procedimentos e penalidades aplicados pela Diretoria Executiva da APAE, nas modalidades de advertência, suspensão e exclusão.

I – Advertência para punir faltas leves conforme sejam definidas e regulamentadas pelo Conselho de Administração, a qual será aplicada pelo Presidente da APAE;

II – Suspensão do direito de votar e ser votado pelo prazo de 08 (oito) anos para os cargos da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

III – Exclusão do quadro social quando as infrações consistirem em desvio de ética do associado como componente do corpo social, dos compromissos, padrões de conduta, filosofia, Estatuto, Regulamento e Resoluções da APAE, da Federação das APAEs do Estado e da Federação Nacional das APAEs.

§ 1º – A exclusão será deliberada e aplicada pelos membros da Diretoria Executiva, ad referendum do Conselho de Administração para punir faltas muito graves.

§ 2º – Fica assegurado prévio direito de defesa a todos os associados quando lhes forem imputadas as infrações previstas neste artigo, cabendo-lhes, ainda, na hipótese de suspensão e exclusão, recurso para a Assembleia Geral, sem efeito suspensivo, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação.

§ 3º – A exclusão considerar-se-á definitiva se o associado não recorrer da penalidade, no prazo previsto no § 2º deste artigo.

Seção VI

Do Processo de Apuração de Irregularidades na APAE

Art. 20 – Diante de irregularidades na APAE, será constituída Comissão de Ética designada pela Federação das APAEs do Estado e/ou pela Diretoria da APAE que não seja parte das denúncias apresentadas, marcando-se prazo de 15 (quinze) dias para apresentar a defesa que tiver, assegurados aos denunciados a ampla defesa e o contraditório.

I – O não atendimento, pelo associado, aos termos da notificação, sujeitá-lo-á aos procedimentos de advertência, suspensão ou exclusão, decretados pela Diretoria Executiva da APAE "ad referendum" do Conselho de Administração.

II – À Comissão de Ética compete apurar os fatos noticiados encaminhando relatório circunstanciado para a Federação das APAEs do Estado e/ou para a Diretoria da APAE, que expedirá parecer conclusivo.

III – A análise dos relatórios será feita pela Diretoria Executiva “*ad referendum*” do Conselho de Administração da Federação das APAEs do Estado e/ou da APAE que expedirá parecer recomendando a aplicação das penalidades previstas *no art. 19*, a intervenção na APAE ou ainda o arquivamento da denúncia.

IV – Caracterizada a necessidade de Intervenção, caberão aos interventores todos os atos de gestão na APAE, incluindo negociação com o Poder Público, acerto de dívidas, regularização da documentação, continuidade dos atendimentos e dos projetos já existentes, contratação e dispensa de funcionários, entre outros.

V – A Intervenção terminará com a eleição da nova Diretoria da APAE, que, assumindo o cargo, responsabilizar-se-á por dar continuidade aos trabalhos iniciados, dentro do padrão de ética e unidade do Movimento Apaeano.

VI – Nos casos em que todos os procedimentos adotados pela Federação das APAEs do Estado, no processo de intervenção, não sejam capazes de superar as dificuldades existentes na APAE, caberá a esta mesma Federação comunicar a Federação Nacional das APAEs para a aplicação da sanção consistente na cassação da autorização do uso do nome, sigla e símbolo APAE, com remessa dos fatos apurados ao Ministério Público Estadual e Federal, se for o caso, para as providências cabíveis, dando-se ampla divulgação no município.

VII – Os procedimentos para aplicação das penalidades serão regulamentados no Regimento Interno ou por meio de resoluções baixadas pela Diretoria Executiva da APAE “*ad referendum*” do Conselho de Administração.

VIII – O recurso de qualquer penalidade aplicada terá efeito somente devolutivo e será dirigido e apreciado pela Assembleia Geral Extraordinária.

CAPÍTULO III

Da Organização, do Funcionamento e da Administração da APAE

Seção I

Da Organização

Art. 21 – São órgãos da APAE, responsáveis por sua administração:

I – Assembleia Geral;

II – Conselho de Administração;

III – Conselho Fiscal;

IV – Diretoria Executiva;

V – Autodefensoria;

VI – Conselho Consultivo.

§ 1º – Os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, e os da Diretoria Executiva deverão ser associados contribuintes da APAE há, pelo menos, 1 (um) ano, preferencialmente com experiência direta no Movimento Apaeano, quites com suas obrigações junto à tesouraria, ou associados especiais que comprovem matrícula e frequência regulares há, no mínimo, 1(um) ano, nos programas de atendimento da APAE.

§ 2º – O exercício das funções de membros dos órgãos indicados neste artigo não pode ser remunerado por qualquer forma ou título, sendo vedada a distribuição de lucros, resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio sob nenhuma forma ou pretexto ou de quaisquer outras vantagens ou benefícios por qualquer forma a diretores, sócios, conselheiros, instituidores, benfeitores ou equivalentes.

§ 3º – Os cargos do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e o da Diretoria Executiva deverão ser ocupados, sempre que possível, por, no mínimo, 30% de pais ou responsáveis legalmente constituídos.

Art. 22 – Dirigentes de empresas terceirizadas, seus cônjuges, descendentes ou ascendentes, conviventes e parentes até o terceiro grau, que mantenham qualquer vínculo contratual ou comercial com a APAE, não poderão integrar a sua Diretoria Executiva, o seu Conselho de Administração nem o seu Conselho Fiscal.

Seção II

Da Assembleia Geral

Art. 23 – A Assembleia Geral, Ordinária ou Extraordinária, órgão soberano da APAE, será constituída pelos associados especiais e contribuintes que a ela comparecerem, quites com suas obrigações sociais e financeiras.

§ 1º – Terão direito de votar, nas Assembleias Gerais os associados especiais que comprovem a matrícula e a frequência regular há pelo menos 1 (um) ano nos programas de atendimento da APAE, e os associados contribuintes, exigindo-se destes a adesão ao quadro de associados da APAE há, no mínimo, 1 (um) ano, e que estejam em dia com suas obrigações sociais e financeiras.

§ 2º – No caso de procuração, esta deverá ter firma reconhecida em cartório, sendo que o outorgante e o outorgado deverão ser associados da APAE.

§ 3º – Não se admite mais de uma procuração por associado especial ou contribuinte.

§ 4º – A Assembleia Geral será instalada pelo Presidente da APAE. Na sequência, serão procedidas as eleições do Presidente e do Secretário da Assembleia para conduzir os trabalhos. Havendo mais de um candidato para os cargos de Presidente e Secretário da Assembleia Geral, serão constituídas chapas para votação direta.

§ 5º – Em caso de empate para os cargos de Presidente e Secretário da Assembleia, considerar-se-á eleito o associado há mais tempo no quadro social da APAE.

§ 6º – Caberá ao Presidente da Assembleia Geral Ordinária passar a palavra ao atual Presidente da APAE, que fará a prestação de contas do seu mandato, apresentando o balanço e o relatório de atividades, submetendo-os à aprovação da Assembleia Geral.

§ 7º – Na sequência, será realizada a eleição por votação secreta, sendo permitida por aclamação, quando se tratar de chapa única.

Art. 24 – A convocação da Assembleia Geral far-se-á por notificação aos associados, por meio de boletim, e-mail, circular ou outros meios convenientes e por publicação em jornal de circulação no município da APAE, admitindo-se, como alternativa, editais afixados no quadro de aviso da APAE e nos principais lugares públicos do município, com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias.

§ 1º – No edital de convocação da Assembleia Geral, Ordinária ou Extraordinária, deverão constar a data, horário, local e a respectiva ordem do dia.

§ 2º – A Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença da maioria dos associados, e, em segunda convocação, com qualquer número, meia hora depois, devendo ambas constarem dos editais de convocação, não exigindo a lei quórum especial.

Art. 25 – À Assembleia Geral, órgão soberano da APAE, compete exclusivamente:

- I – homologar as alterações do Estatuto;
- II – decidir sobre fusão, transformação e extinção da APAE;
- III – eleger os membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;
- IV – destituir membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;
- V – aprovar o relatório de atividades e as contas da Diretoria Executiva;
- VI – verificar a qualificação dos membros do Conselho Consultivo e proclamá-los, na forma estabelecida neste Estatuto;
- VII – apreciar recursos contra decisões da Diretoria.

Parágrafo único – As Assembleias Gerais realizar-se-ão, preferencialmente, na sede da APAE.

Art. 26 – A Assembleia Geral Ordinária reunir-se-á de três em três anos, no mês de novembro, para os fins determinados nos incisos III e VI do artigo 25.

Parágrafo único – Com exceção do ano de eleição da Diretoria da APAE, o relatório de atividades e as contas da Diretoria Executiva previstos no inciso V do art. 25 serão submetidos à aprovação da Assembleia Geral Ordinária, especialmente convocada para esse fim, até o dia 31 de maio de cada ano, com base nos demonstrativos contábeis encerrados em 31 de dezembro do ano anterior.

Art. 27 – A Assembleia Geral Extraordinária será convocada pela Diretoria Executiva, pelo Conselho de Administração ou, quando houver requerimento assinado, por, no mínimo, um quinto dos associados em dia com suas obrigações sociais financeiras, para os fins indicados nos incisos I, II, IV e VII do artigo 25, ou para tratar de assunto especial, determinado na sua convocação.

Parágrafo único – Para fins do disposto nos incisos I e IV do artigo 25, será exigido o voto concorde da maioria simples dos associados da APAE na Assembleia Geral Extraordinária especialmente convocada para esse fim.

Seção III

Do Conselho de Administração

Art. 28 – O Conselho de Administração, composto de, no mínimo, 05 (cinco) membros, será eleito pela Assembleia Geral Ordinária, dentre os associados em pleno gozo de seus direitos, bem assim quites com seus deveres associativos previstos neste Estatuto.

§ 1º – O mandato dos membros do Conselho de Administração será de 3 (três) anos, permitindo-se a reeleição.

§ 2º – No caso de ocorrer vaga ou impedimento de algum dos membros do Conselho de Administração, o preenchimento será feito conforme decisão a ser tomada na primeira reunião do Conselho de Administração que se realizar.

§ 3º – O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente de 06 em 06 meses, obrigatoriamente, ou nos prazos que fixar o Regimento Interno, e, extraordinariamente, mediante convocação da Diretoria Executiva, ou de, pelo menos, 1/3 (um terço) de seus próprios membros.

§ 4º – As decisões do Conselho de Administração serão tomadas por maioria, com a presença, no mínimo, 2/3 (dois terços) de seus membros.

§ 5º – Os membros da Diretoria Executiva poderão assistir às reuniões do Conselho de Administração e delas participar, sem direito a voto.

§ 6º – As reuniões do Conselho de Administração serão presididas e secretariadas pelo Presidente e pelo Diretor Secretário da APAE, respectivamente, cabendo ao Presidente o direito ao voto de Minerva.

Art. 29 – Compete ao Conselho de Administração:

I – aprovar o Regimento Interno da APAE;

II – emitir parecer, para encaminhamento à Assembleia Geral, sobre as contas da Diretoria Executiva, previamente examinadas pelo Conselho Fiscal;

III – aprovar o Plano Anual de Atividades da APAE, o seu orçamento e as propostas de despesas extraordinárias;

IV – examinar o relatório de atividades da Diretoria Executiva e a situação financeira da APAE, em cada exercício;

V – responder às consultas feitas pela Diretoria Executiva;

VI – deliberar, em conjunto com a Diretoria Executiva, sobre os casos omissos neste Estatuto e no Regimento Interno;

VII – examinar e deliberar sobre a política de atendimento à pessoa com deficiência intelectual ou múltipla no âmbito da APAE;

VIII – referendar ou não, bem como rever, quando for o caso, penalidades aplicadas pela Diretoria Executiva;

IX – aprovar ou não o nome do Procurador Jurídico e do Procurador Adjunto, indicados pela Diretoria Executiva;

X – preencher as vagas que se verificarem no Conselho de Administração e no Conselho Fiscal;

XI – referendar os nomes para as vagas na Diretoria Executiva, indicados pela mesma, permanecendo os que desta forma forem investidos no exercício do cargo pelo restante do mandato dos substituídos;

XII – escolher, por meio de voto secreto, um nome dentre aqueles apresentados pela Diretoria Executiva como candidato à Presidência da APAE, permitindo-se ao mesmo indicar toda a nominata para o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e a Diretoria Executiva;

XIII – assumir a Presidência da APAE, no caso de renúncia ou destituição da Diretoria Executiva, por indicação de três de seus membros, convocando Assembleia Geral Extraordinária para eleição da Diretoria Executiva no prazo máximo de 60 (sessenta) dias;

XIV – aprovar a alienação ou aquisição de bens imóveis;

XV – aquisição e alienação de bens de que trata o inciso XIV deste artigo, somente será permitida se aprovada por decisão de, no mínimo, dois terços de seus membros;

XVI – aprovar por, no mínimo, dois terços dos votos dos seus membros, a obtenção de financiamento referido no inciso VII do artigo 35;

XVII – Estabelecer o valor mínimo da contribuição para os associados contribuintes, anualmente, na primeira reunião;

XVIII – Aprovar o regulamento de compras, alienações e contratações de bens, obras e serviços que deverá ser utilizado de maneira obrigatória na forma do quanto dispuser.

Seção IV

Do Conselho Fiscal

Art. 30 – O Conselho Fiscal será composto de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária, dentre associados em pleno gozo de seus direitos, preferencialmente com experiência administrativa, contábil e fiscal.

§ 1º – O mandato dos membros do Conselho Fiscal será de 3 (três) anos, permitindo-se a reeleição.

§ 2º – Em caso de vacância, o mandato será assumido pelo respectivo suplente, até seu término.

Art. 31 – Compete ao Conselho Fiscal:

I – reunir-se no mínimo duas vezes por ano, examinar e dar parecer sobre as contas da Diretoria Executiva da APAE, deliberando com a presença de seus membros titulares, convocando-se seus suplentes, tantos quantos necessários, no caso de ausência, renúncia ou impedimento;

II – examinar os livros de escrituração da entidade;

III – examinar o balancete semestral apresentado pelo Diretor Financeiro, opinando a respeito;

IV – apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitados;

V – opinar sobre aquisição e alienação de bens;

VI – promover gestões para o correto funcionamento fiscal da instituição;

VII – fornecer, obrigatoriamente, a cada seis meses, relatórios da situação fiscal e sugestões, quando necessário, para prevenir e corrigir problemas posteriores.

VIII – opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas.

Parágrafo Único – O Conselho Fiscal poderá utilizar-se do assessoramento de um Auditor, de um Contador ou de um Técnico em Contabilidade, se assim necessitar.

Seção V**Da Diretoria Executiva**

Art. 32 – A Diretoria Executiva da APAE será composta de, no mínimo:

I – Presidente;

II – Vice-Presidente;

III – 1º e 2º Diretores Secretários;

IV – 1º e 2º Diretores Financeiros;

V – Diretor de Patrimônio;

VI – Diretor Social.

VII – Procurador Jurídico

VIII- Procurador Jurídico Adjunto

§ 1º – A Diretoria Executiva será eleita em Assembleia Geral Ordinária, a cada 3 (três) anos, convocada especialmente para este fim.

§ 2º – O mandato dos membros da Diretoria Executiva será de 3 (três) anos, permitindo-se uma reeleição consecutiva.

§ 3º – Ao Presidente é permitido concorrer somente a 1 (uma) reeleição consecutiva, podendo ocupar, porém, outros cargos na Diretoria Executiva, exceto o de Vice-Presidente e os de Diretores Financeiros.

Art. 33 – A Diretoria Executiva reunir-se-á, no mínimo, de 02 em 02 meses, sendo necessária a presença de, pelo menos, cinco de seus membros, para as deliberações.

§ 1º – As deliberações da Diretoria serão tomadas por maioria simples de votos dos membros presentes.

§ 2º – O Presidente terá, além do seu, o voto de Minerva nos casos de empate.

§ 3º – Perderá o mandato qualquer dos membros da Diretoria Executiva, aquele que, sem justo motivo, deixar de comparecer a três reuniões consecutivas da Diretoria, ou a seis, alternadamente.

Seção VI

II – elaborar o Regimento Interno da APAE e submetê-lo à aprovação do Conselho de Administração;

III – lavrar em ata a aprovação e a admissão de novos associados;

IV – lavrar em ata o pedido de desligamento do associado e a sua aprovação, não cabendo negativa da solicitação;

V – elaborar e submeter ao Conselho de Administração, em até 60 dias do início do exercício, o plano anual/plurianual de atividades da APAE, o seu orçamento e as propostas de despesas extraordinárias;

VI – submeter suas contas ao exame do Conselho Fiscal, encaminhando-as posteriormente ao Conselho de Administração para parecer, remetendo-as, a seguir, à Assembleia Geral para aprovação;

VII – submeter ao Conselho de Administração o relatório de suas atividades e a situação financeira da APAE, em cada exercício;

VIII – constituir comissões especiais encarregadas da execução dos fins da APAE, supervisionando sua atuação;

IX – criar os cargos necessários aos serviços técnicos e administrativos.

X – promover campanhas de levantamento de fundos, aprovadas pelo Conselho de Administração;

XI – convocar a Assembleia Geral e as reuniões do Conselho de Administração;

XII – pagar as contribuições à Federação Nacional das APAEs;

XIII – respeitar e fazer respeitar o presente Estatuto, o Estatuto da Federação das APAEs do Estado e o Estatuto da Federação Nacional das APAEs;

XIV – promover a participação da APAE em Olimpíadas, Festivais, Congressos e em outros eventos;

XV – adquirir ou alienar bens móveis e imóveis, após aprovação do Conselho de Administração, nos casos que couber;

XVI – receber e fazer doações *ad referendum* do Conselho de Administração.

XVII – indicar ao Conselho de Administração o nome das pessoas que possam ser aprovadas para exercerem o cargo de Procurador Jurídico e Procurador Adjunto;

XVIII – estabelecer o valor da contribuição para os associados contribuintes;

XIX – dar conhecimento ao Conselho de Administração, na primeira reunião deste, das penalidades aplicadas aos seus associados;

XX – convidar os membros do Conselho Consultivo para participar dos eventos realizados pela Apae;

XXI – apresentar ao Conselho de Administração, com até 60 (sessenta) dias de antecedência da data de realização da Assembleia Geral Ordinária, os nomes dos candidatos à Presidência da APAE, garantindo-se ao candidato a Presidente escolhido a indicação dos nomes para concorrerem na Assembleia Geral Ordinária aos demais cargos da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;

XXII – indicar nomes para preenchimento das vagas que se verificarem na Diretoria Executiva, no curso do mandato, submetendo-os ao referendo do Conselho de Administração.

§ 1º. Não caberá a indicação de nomes para preenchimento das vagas na Diretoria Executiva, simultaneamente, para os cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores Financeiros e Diretores Secretários, devendo, nesse caso, ser convocada Assembleia Geral para eleição dos membros que ocuparão tais cargos na Diretoria Executiva.

§ 2º. As contas mencionadas no inciso VI e VII deverão:

Observar os princípios fundamentais de contabilidade e as Normas Brasileiras de contabilidade; ser publicadas na página da internet a cada encerramento de exercício fiscal juntamente com o relatório de atividades e demonstrações financeiras da entidade, incluídas as certidões negativas de débitos com a Previdência Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, colocando-os à disposição para exame de qualquer cidadão, sem prejuízo das publicações em diário oficial quando forem exigidas.

§ 3º. Para fins do que dispõe o parágrafo anterior, na impossibilidade de disponibilização na página eletrônica, cada encerramento de exercício fiscal juntamente com o relatório de atividades e demonstrações financeiras da entidade, incluídas as certidões negativas de débitos com a Previdência Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS deverão ser publicadas obrigatoriamente em diário oficial do Estado ou do Município ou em jornal de grande circulação no Estado para exame de qualquer cidadão, sem prejuízo das publicações em diário oficial quando forem exigidas.

Seção VII

Das Atribuições dos Membros da Diretoria Executiva

Art. 35 – Compete ao Presidente:

I – assegurar o pleno funcionamento dos serviços da APAE nos seus aspectos legais, administrativos, técnicos e pedagógicos, com o apoio do Conselho de Administração;

II – convocar a Assembleia Geral, as reuniões do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva;

III – representar a APAE, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, perante as entidades de direito público e privado;

IV – representar a APAE judicialmente, cabendo-lhe impetrar Mandado de Segurança coletivo e outras ações judiciais, em defesa dos interesses da associação;

V – apresentar ao Conselho de Administração o relatório anual da Diretoria sobre as atividades da APAE, ao fim de cada ano e ao término do mandato, à Assembléia Geral;

VI – dirigir a APAE, ressalvada a competência do Conselho de Administração, atendendo à perfeita consecução de seus fins, podendo delegar, parcialmente, suas atribuições;

VII – assinar cheques, contratos de empréstimo bancário, ordens de pagamento e transferências bancárias conjuntamente com o 1º Diretor Financeiro ou com o seu substituto estatutário, no exercício do cargo, para pagamento das obrigações financeiras da entidade;

VIII – instalar, prover e supervisionar assessorias e coordenadorias que julgar necessárias, constituindo um colegiado com concepções, diretrizes e ações unificadas;

IX – zelar pelo conhecimento, utilização e aplicação dos Estatutos, Regimentos e Regulamentos em vigência, pelos Diretores, funcionários, técnicos e voluntários;

X – ratificar de modo expresse, à Federação das APAEs do Estado e à Federação Nacional das Apaes, o compromisso de aderir, acatar e respeitar seus respectivos Estatutos;

XI – cumprir e fazer cumprir as prescrições deste Estatuto, bem como as diretrizes estabelecidas no Regimento Interno da APAE.

XII – submeter previamente os contratos, convênios, termos de parceria e minutas para o Parecer do procurador jurídico.

§ 1º – O Presidente será substituído, em suas faltas, licenças e impedimentos, pelo Vice-Presidente.

§ 2º – Para fins de obtenção de financiamento referido no inciso VII deste artigo, serão exigidas as aprovações da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração por, no mínimo, dois terços dos votos.

Art. 36 – Compete ao Vice-Presidente:

I – substituir o presidente em suas faltas, licenças e impedimentos;

II – exercer funções e atribuições supletivas que lhe forem confiadas.

Parágrafo único – Em caso de renúncia, destituição ou morte do Presidente, o Vice-Presidente assumirá a Presidência até o fim do mandato, valendo para todos os efeitos, independente do tempo do exercício como o cumprimento de um mandato.

Art. 37 – Compete ao 1º Diretor Secretário:

I – secretariar as Assembleias Gerais, as reuniões da Diretoria Executiva e as do Conselho de Administração, redigindo suas atas em livro próprio;

II – superintender o funcionamento de todos os serviços de secretaria e divulgar as notícias das atividades da Apae;

III – exercer atribuições supletivas que lhe forem confiadas;

IV – entregar aos membros da Diretoria Executiva, na primeira reunião do mandato, cópia do Estatuto da Apae;

V – disponibilizar aos associados, na Secretaria, o acesso e a leitura do Estatuto da APAE;

VI – exercer a presidência da APAE no caso de impedimento temporário, não superior a 06 meses, do Presidente e do Vice-Presidente.

Art. 38 – Compete ao 2º Diretor Secretário:

I – substituir o 1º Diretor Secretário em suas faltas, licenças e impedimentos;

II – assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término;

III – exercer atribuições supletivas que lhe forem confiadas.

Art. 39 – Compete ao 1º Diretor Financeiro:

I – elaborar a previsão orçamentária, semestralmente, e submetê-la à aprovação da Diretoria Executiva;

II – conservar sob sua guarda e responsabilidade os documentos relativos ao departamento financeiro;

III – assinar cheques, contratos de empréstimo bancário e/ou ordens de pagamento conjuntamente com o Presidente ou com seu substituto estatutário, para pagamento das obrigações financeiras da APAE;

IV – promover e dirigir a arrecadação da receita social, depositá-la e aplicá-la de acordo com decisão da Diretoria Executiva;

V – fazer pagamentos nos limites ou pela forma estabelecida por decisão da Diretoria Executiva;

VI – manter em dia a escrituração da receita e da despesa da APAE, e contabilizá-la sob a responsabilidade de um contador habilitado;

VII – apresentar à Diretoria Executiva os balancetes mensais, o relatório anual sobre a situação financeira e a prestação de contas, que deverão ser encaminhados ao Conselho Fiscal para exame e parecer, fornecendo a esses órgãos as informações complementares que lhe forem solicitadas.

VIII – O Diretor Financeiro poderá utilizar-se do assessoramento de um Contador ou de um Técnico em Contabilidade, de um funcionário da APAE ou de um prestador de serviços para o exercício dessas atribuições.

Art. 40 – Compete ao 2º Diretor Financeiro:

I – substituir o 1º Diretor Financeiro em suas faltas, licenças e impedimentos;

II – assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término;

III – exercer as atribuições supletivas que lhe forem confiadas.

Art. 41 – Compete ao Diretor de Patrimônio:

I – supervisionar, zelar e inventariar o patrimônio da APAE;

II – ter sob sua guarda e responsabilidade os bens patrimoniais da APAE;

III – providenciar a escrituração do material permanente da APAE, mantendo essa documentação em ordem e em dia.

Parágrafo único – O Diretor de Patrimônio poderá contar com o apoio de profissional especializado.

Art. 42 – Compete ao Diretor Social, de acordo com a orientação da Diretoria Executiva:

I – organizar as atividades sociais;

II – elaborar o programa de solenidades;

III – realizar eventos sociais com a finalidade de promover a instituição;

IV – promover eventos com a finalidade de arrecadar fundos, após a aprovação da Diretoria Executiva.

Seção VIII

Da Autogestão e da Autodefensoria

Art. 43 – O Programa Nacional de autogestão e autodefensoria tem como finalidade contribuir para o desenvolvimento da autonomia da pessoa com deficiência intelectual e

múltipla frente à sua realidade, ampliando sua possibilidade de atuar influenciando o cotidiano de sua família, da comunidade e da sociedade em geral.

Parágrafo Único – O Programa Nacional de autogestão e autodefensoria cria espaço institucional para a inserção dos autodefensores na estrutura do movimento, assegurando a participação efetiva da pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, nas APAEs, Federação das Apaes dos Estados e Federação Nacional das APAEs.

Art. 44 – Os autodefensores serão eleitos nos fóruns de autodefensores em Assembleia Geral Ordinária, a cada 3 (três) anos, convocada especialmente para este fim, permitindo-se uma reeleição consecutiva.

§ 1º – A autodefensoria será composta de 4 (quatro) membros, sendo dois efetivos, um do sexo masculino e outro do sexo feminino, e dois suplentes, um do sexo masculino e outro do sexo feminino.

§ 2º – Poderão ser eleitos autodefensores as pessoas com deficiência intelectual e múltipla que estejam matriculadas e que sejam frequentes nos programas de atendimento da APAE.

Art. 45 – Compete aos autodefensores:

I – defender os interesses da pessoa com deficiência intelectual e múltipla, sugerindo ações que aperfeiçoem o seu atendimento e a sua participação em todos os segmentos da sociedade;

II – participar das reuniões da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração, opinando e votando sobre assuntos de interesse da pessoa com deficiência intelectual e/ou múltipla;

III – participar dos eventos promovidos e organizados pelo movimento Apaeano;

IV – votar e ser votado para os cargos da autodefensoria.

Seção IX

Do Conselho Consultivo

Art. 46 – O Conselho Consultivo será constituído pelos ex-Presidentes da APAE.

§ 1º – Somente poderão integrar o Conselho Consultivo os ex-Presidentes que tenham concluído o mandato sem interrupção motivada por: renúncia, destituição, afastamento por denúncia.

§ 2º – Ocorrendo a eleição de membro do Conselho Consultivo para compor qualquer órgão da APAE, a vaga do ex-Presidente no Conselho Consultivo será mantida, exceto para o cargo de Presidente da APAE.

Art. 47 – A Assembleia Geral verificará se o ex-Presidente preenche os requisitos, e proclamará a investidura do Conselheiro Consultivo no exercício da função.

Art. 48 – As decisões do Conselho Consultivo são meramente opinativas, não tendo força executiva senão quando acolhidas pelo Conselho de Administração.

Art. 49 – Compete ao Conselho Consultivo:

I – atuar como órgão moderador na solução de eventuais conflitos que venham a ocorrer no Movimento Apaeano no município;

II – esclarecer, quando solicitado e for possível, fatos e práticas controvertidos ou obscuros da história do Movimento Apaeano, com o fim de dar suporte à filosofia do mesmo;

III – zelar pela unidade orgânica, filosófica e programática do Movimento Apaeano;

IV – participar, mediante convite, dos eventos realizados pela APAE.

CAPÍTULO IV

Da Procuradoria Jurídica

Art. 50 – A Procuradoria Jurídica, órgão de assessoramento superior, só poderá ser exercida por pessoa de reconhecida idoneidade e saber jurídico, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil.

Art. 51 – O Procurador Jurídico e o Procurador Adjunto serão investidos nos respectivos cargos ou deles destituídos por indicação do Presidente da APAE, após aprovação do Conselho de Administração.

Parágrafo único – O Procurador Adjunto tem a atribuição de substituir o Procurador Jurídico nas faltas, licenças ou impedimentos deste.

Art. 52 – O Procurador Jurídico terá assento à mesa nas reuniões da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração, e opinará sobre a juridicidade e a legitimidade de qualquer matéria discutida, exceto se na mesma concorrer interesse pessoal.

Art. 53 – Não constitui falta funcional a manifestação contrária do Procurador Jurídico sobre matéria de sua competência.

Art. 54 – Compete ao Procurador Jurídico:

I – atuar na defesa dos direitos das pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla;

II – defender os interesses da APAE, em juízo ou fora dele, mediante expresso mandato do Presidente ou de seu substituto legal;

III – elaborar, examinar e visar minutas de contratos e convênios;

IV – emitir parecer sobre matéria de interesse geral da APAE, pronunciando-se, ao final de cada assunto, nas reuniões de Diretoria, sobre a legalidade das proposições e a observância deste Estatuto e do Regimento Interno;

V – representar juridicamente a entidade junto a repartições públicas e privadas;

VI – pesquisar, compilar e sugerir legislação pertinente à pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla;

VII – manter intercâmbio jurídico e dar interpretação final sobre matéria controvertida;

VIII – dirigir os serviços da Procuradoria da APAE.

CAPÍTULO V

Das Receitas, do Patrimônio e das Prestações de Contas.

Art. 55 – As receitas da APAE, necessárias à sua manutenção, serão constituídas por:

I – contribuições de associados e de terceiros;

II – legados;

III – produção e venda de serviços;

IV – subvenções e auxílios que venha a receber do Poder Público;

V – doações de qualquer natureza;

VI – quaisquer proventos e auxílios recebidos;

VII – produto líquido de promoções de beneficência;

VIII – rendas de emprego de capital ou patrimônio que possua ou venha a possuir;

IX – auxílio ou recursos provenientes de convênio de entidades públicas e privadas.

Parágrafo único – As rendas, recursos e eventual resultado operacional serão aplicados integralmente na manutenção e no desenvolvimento dos objetivos institucionais, no território nacional.

Art. 56 – O patrimônio da APAE será constituído de bens móveis, imóveis, veículos e direitos, que possui e vier a adquirir.

Parágrafo único – No caso de dissolução ou extinção, mudança de finalidade ou cessação de suas atividades, o eventual patrimônio líquido remanescente será destinado a uma entidade congênere, ou a uma entidade pública com sede e atividade no País preferencialmente com o mesmo objetivo estatutário e que atenda os requisitos da Lei 13019/14.

CAPÍTULO VI

Das Eleições

Art. 57 – De três em três anos, serão eleitos pela Assembleia Geral Ordinária os membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

§ 1º – A eleição será realizada por votação secreta, sendo permitida por aclamação, quando se tratar de chapa única.

§ 2º – Em caso de empate, considerar-se-á eleita a chapa cujo candidato a presidente seja associado, ininterruptamente, há mais tempo no quadro social da APAE.

Art. 58 – A eleição da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal será precedida de edital de convocação, publicado no mínimo 30 (trinta) dias antes da Assembleia Geral Ordinária.

I – A inscrição de cada uma das chapas candidatas deverá ocorrer na Secretaria da APAE até 20 dias antes da data da eleição a ser realizada, dentre as chapas devidamente inscritas e homologadas pela comissão eleitoral.

II – Somente poderão integrar as chapas os associados especiais que comprovem a matrícula e a frequência regular há pelo menos 1 (um) ano nos programas de atendimento da APAE, e os associados contribuintes, exigindo-se, destes, serem associados da APAE há, no mínimo, 1 (um) ano, estarem quites com suas obrigações sociais e financeiras, e terem, preferencialmente, experiência diretiva no Movimento Apaeano.

III – São inelegíveis simultâneas, sucessiva ou alternadamente para os cargos de Presidente, Vice-presidente e Diretores Financeiros, para a Diretoria Executiva da APAE: cônjuge, companheiro, parentes consanguíneos ou afins até o 3º grau, funcionários com vínculo direto ou indireto.

IV – Os candidatos a Presidente, Vice-Presidente e Diretores Financeiros deverão apresentar, no ato da inscrição da chapa, cópias autenticadas ou originais dos seguintes documentos:

- a) Carteira de identidade;
- b) Certidão de regularidade do CPF;
- c) Declaração de imposto de renda atual ou declaração de próprio punho dos bens móveis e imóveis de sua propriedade;
- d) Certidões negativas cíveis, criminais e eleitorais de âmbito Municipal, Estadual e Federal;
- e) Ficha de filiação de associado da APAE;
- f) Declaração sob as penas da lei de não ser inelegível, nos termos do inciso III deste artigo;
- g) Comprovante de residência dos candidatos no município sede da APAE;
- h) Termo de compromisso.

V – É vedada a acumulação de cargos por membro do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva da APAE.

VI – É vedada a participação de funcionários da APAE na Diretoria Executiva, no Conselho de Administração e no Conselho Fiscal, com vínculo empregatício direto ou indireto.

VII – É vedada a participação na Diretoria Executiva, no conselho fiscal e no Conselho de administração, de pessoas ligadas a cargos públicos eletivos (Presidente, Governador, Prefeito, Senador, Deputado Federal e Estadual e vereador).

Art 59 – O registro de chapas e os demais trabalhos da eleição serão examinados e conduzidos pela Comissão Eleitoral instituída pela APAE por meio de Resolução e regulados pelo Regimento Interno da mesma.

Art. 60 – A eleição será realizada, de três em três anos, no mês de novembro, e a posse dos membros eleitos ocorrerá no 1º dia útil do mês de janeiro do ano seguinte.

Parágrafo Único – Em caráter excepcional, se os membros eleitos não puderem tomar posse no primeiro dia útil do mês de janeiro do ano seguinte à Assembleia de Eleição, o mandato da atual Diretoria poderá ser prorrogado até a posse dos eleitos.

CAPÍTULO VII

Disposições Gerais

Art. 61 – Toda alteração do presente Estatuto dependerá de prévia aprovação da proposta pela Federação Nacional das APAEs, devendo ser homologada pela Assembleia Geral Extraordinária da Apae, convocada com, pelo menos, 30 (trinta) dias de antecedência, na forma do artigo 24.

Art. 62 – A extinção da APAE ou a alteração do nome somente poderão ser feitas se determinadas e aprovadas por deliberação em Assembleia Extraordinária, instalada com a presença de, no mínimo, dois terços dos associados em dia com as obrigações sociais, cabendo à APAE remeter cópia da ata para a Federação das APAEs do Estado.

§1º – Para fusão e transformação da APAE, deverá ser observado o que determina a legislação específica em vigor.

§2º – É vedada a extinção da APAE, sua fusão ou transformação, quando houver denúncia de irregularidade protocolada na Federação do Estado e/ou na Federação Nacional das APAEs.

Art. 63 – A Diretoria Executiva, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal das APAEs cujas Assembleias de Eleição tenham ocorrido em mês diverso do estabelecido neste estatuto deverão tomar as providências cabíveis para ajustar o período de mandato da Diretoria, reduzindo-o ou prorrogando-o, devendo ser observado o menor período possível para adequação do mandato.

Art. 64 – Os casos omissos no presente Estatuto serão decididos pela reunião conjunta da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração, com força estatutária no que não colidir com este Estatuto, aplicando-se subsidiariamente o Código Civil.

Art. 65 – A partir do encaminhamento pela Federação Nacional das APAEs do presente Estatuto para as APAEs, estas terão o prazo de até 120 (cento e vinte) dias para homologação do mesmo pelas respectivas Assembleias Gerais Extraordinárias.

Art. 66 – O presente Estatuto entra em vigor a partir de sua aprovação pela Assembleia Geral Extraordinária e respectivo registro, devendo a Diretoria Executiva providenciar a sua divulgação.

Jarinu, 16 de Maio de 2015.

Jose Marcelo de Campos Alduino

Júlio Américo de Campos Alduino
OAB: 112806/SP



OFICIAL DE REG. CIVIL DE P.J. ATIBAIA-SP
R Castro Fafe, nº 255 - sala 6-F: (11)4414-5550
Oficial: Maria do Carmo de Rezende Campos Couto
Apresentado em 18/06/2015, prenotado e **REGISTRADO**
em **MICROFILME** sob numero de ordem 24354
Anotado a margem do registro nº 6.570
Atibaia-(SP), 26/06/2015.

TOTAL DAS CUSTAS E EMOLUMENTOS R\$ 17,28.
As parcelas devidas encontram-se discriminadas no recibo anexo.

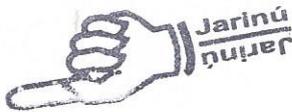
Gerson Cavallini Mendonça
Escrivente Autorizado

TRANSCRIÇÃO DA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA PARA ELEIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA, CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E CONSELHO FISCAL DA APAE DE JARINU, REALIZADA EM VINTE E TRÊS DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E DEZENOVE.

Ata da Assembleia Geral Ordinária para eleição da Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Apae de Jarinu, realizada aos vinte e três dias do mês de novembro de dois mil e dezenove, na sede da Apae Jarinu, situada na Avenida Vereador João Pedro Ferraz, nº 823, neste município de Jarinu, Estado de São Paulo, com a presença dos associados e pais, conforme registro no livro próprio de assinaturas, conforme Edital de Convocação publicado no Jornal O Regional. A Assembleia Geral Ordinária foi instalada pelo atual Presidente da Apae de Jarinu em primeira chamada às nove horas e trinta minutos, sendo eleitos para condução da Assembleia Geral Ordinária como Presidente o Senhor Everaldo Hartmann e como Secretário o Senhor Agnaldo Comin, sendo convocado em seguida o Presidente da Apae de Jarinu, Sr. Benedito Paulo de Souza, para apresentação do relatório de atividades e das contas da Diretoria Executiva referente a gestão 2017/2019. Após a apresentação do relatório de atividades e das contas, foi feita a leitura do parecer do Conselho Fiscal, após, sendo os mesmos aprovados por unanimidade pela Assembleia Geral Ordinária. Passando ao seguinte item do edital de convocação foi realizada a Eleição da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal para o exercício do mandato no período de 01/01/2020 a 31/12/2022. Considerando a inscrição de chapa única, foi a mesma aceita por todos os presentes e eleita por aclamação, ficando constituída dos seguintes membros: Presidente – Sr. José Marcelo de Campos Alduino, residente à Rodovia Edgar Máximo Zambotto, km 69,2, ch.24, Fim do Campo, Jarinu/SP, CPF. 030.098.248-82; Vice-Presidente – Sra. Maria Inez Franco Castelli, residente à Rodovia Edgar Máximo Zambotto, km 70,5, Fim do Campo, Jarinu/SP, CPF. 820.671.398-00; Primeiro Diretor Secretário – Sr. Divanir Franco de Moraes, residente à Sítio Bairro do Pinhal, Jarinu/SP, CPF. 024.894.028-70; Segunda Diretora Secretária – Sra. Simone Donizette Carvalho Silva, residente à Rodovia Edgar Máximo Zambotto, nº 06, casa 11, Bairro do

Soares, Jarinu/SP, CPF. 328.115.068-37; Primeiro Diretor Financeiro – Sr. Paulo Henrique Eziquiel da Silva, residente à Rua Hilda Marin da Silva, s/nº, Jarinu/SP, CPF. 045.661.528-80; Segunda Diretora Financeira – Sra. Josiane Martins de Oliveira Calixto, residente à Avenida Zanoni, nº 156 - casa 01, Bairro Nova Trieste, Jarinu/SP, CPF. 958.792.429-00; Diretora de Patrimônio – Sra. Luzia de Fátima Pereira Machado de Souza, residente à Rua Giovani Pappini, nº 37, Bairro Nova Trieste, Jarinu/SP, CPF. 273.249.838-63; Diretor Social – Sr. Francisco Leme Filho, residente à Rua Sebastião Bueno, nº 56, Jarinu/SP, CPF. 122.697.608-59; Procurador – Sr. Roberto José de Souza, residente à Rua Francisco Ulhani, nº 216, Jardim México, Itatiba/SP, CPF. 561.801.798-91; Procuradora Adjunta – Sra. Rosana Sales Quesada, residente à Avenida Arthur Bernardes, nº 215, Centro, Jarinu/SP, CPF. 153.237.888-28. Membros do Conselho de Administração: Sr. Ageu Calixto, residente à Avenida Zanoni, nº 156 - casa 01, Bairro Nova Trieste, Jarinu/SP, CPF. 259.393.028-40; Sra. Maria Josiane de Brito Comin, residente à Estrada Municipal Luiz Comin, Jarinu/SP, CPF. 251.449.898-88; Sr. Osmar dos Santos, residente à Rua Ingá, ch.JK220, Bairro Machadinho, Jarinu/SP, CPF. 393.323.088-91; Sra. Ruth Franco Gomes Leme, residente à Rua Nova Aurora, nº 124, São Paulo/SP, CPF. 053.275.128-00; Sr. Marcos Eliseu Balles, residente à Alameda Brasília, nº 250, Bairro Esplanada do Carmo, Jarinu/SP, CPF. 071.636.658-49; Membros do Conselho Fiscal: Sra. Maria Eusa Gomes de Souza, residente à Rua São Lourenço, nº 14, Bairro Caiçara, Jarinu/SP, CPF. 660.471.618-04; Sr. Everaldo Hartmann, residente à Rua Marco Antônio, nº 2.143, Bairro Nova Trieste, Jarinu/SP, CPF. 861.289.909-59; Benedito Paulo de Souza, residente à Rua Giovani Pappini, nº 37, Bairro Nova Trieste, Jarinu/SP, CPF. 057.185.068-50; Sr. Gilberto dos Santos, residente à Estrada Newmark Simão, s/nº, Bairro Campo dos Aleixos, Jarinu/SP, CPF. 148.206.498-76; Sra. Izabel Maria Bogoni, residente à Estrada Pedro Franco Moura, s/nº, CXP 238, Jarinu/SP, CPF. 093.749.168-35; Sra. Rita Andrea da Silva Vital, residente à Rua Torricelli, nº 403, Bairro Nova Trieste, Jarinu/SP, CPF. 365.914.208-51. A Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Apae de Jarinu, eleita por aclamação na Assembleia Geral Ordinária toma posse no primeiro dia útil do mês de janeiro de dois mil e vinte, em cumprimento ao disposto no artigo cinquenta do

Estatuto da Apae. Sendo assim, o Presidente da Assembleia informou que, conforme disposto no Estatuto, o Presidente Benedito Paulo de Souza passa a fazer parte do Conselho Consultivo da Apae de Jarinu, a partir de primeiro de janeiro de dois mil e vinte. Nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a Assembleia Geral, cuja ata foi lavrada por mim, Agnaldo Comin, secretário desta Assembleia e vai também assinada pelo Presidente da Assembleia, o Senhor Everaldo Hartmann. Em tempo também foi eleita a Sra. Catarina Dimov Valverde para Conselheira de Administração.



Agnaldo Comin
Agnaldo Comin

Secretário da Assembleia



Everaldo Hartmann
Everaldo Hartmann

Presidente da Assembleia

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIÃO DE NOTAS DO
MUNICÍPIO DE JARINU - SP

R. Eugênio da Silva Bressane, 91 - Jardim Saúde - CEP 13240-000 - Fone: (11) 4016-4020 / (11) 4016-3549 - E-mail: atendimento@cartoriojarinu.com.br

OFICIAL DE RCPN E TABELIÃO DE NOTAS DA SEDE DE JARINU
RECONHECIDO POR SEMELHANÇA A(S) FIRMA(S) DE:.....
[LTI&IVT/3J]-EVERALDO HARTMANN.....
[LTI&IVM53J]-AGNALDO COMIN.....
DOU FE. POR ATO R\$ 12,56. EM TEST
VERDADE, 20/12/2019 12:27:21 THAINA CRISTINA CAMINATI
ESCREVENTE II

VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE VERIFICIDADE SEM EMENDAS EM REEMBAS



OFICIAL DE REG. CIVIL DE P.J. ATIBAIA-SP

R Castro Fafe, n. 255 - sala 6 - F: (11) 4414-5550

Oficial: Maria do Carmo de Rezende Campos Couto

Apresentado em 20/12/2019, prenotado e **REGISTRADO**

em **MICROFILME** sob numero de ordem 29.148

Anotado a margem do registro n. 6.570 .

Atibaia-(SP), 10/01/2020.

TOTAL DAS CUSTAS E EMOLUMENTOS R\$ 63,93.

As parcelas devidas encontram-se discriminadas no recibo anexo.

Windsor Rodrigues de Lima
Windsor Rodrigues de Lima
Escrevente Autorizado

TRANSCRIÇÃO DA ERRATA DA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA PARA ELEIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA, CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E CONSELHO FISCAL DA APAE DE JARINU, REALIZADA EM VINTE E TRÊS DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E DEZENOVE.

RCPJ ATIBAIA

29148-1

MICROFILME

ERRATA: Os Conselheiros Fiscais, Maria Eusa Gomes de Souza, Everaldo Hartmann e Benedito Paulo de Souza assumiram os cargos de Conselheiros Fiscais Titulares, e os Conselheiros Fiscais, Gilberto dos Santos, Izabel Maria Bogoni e Rita Andrea da Silva Vital como Conselheiros Fiscais Suplentes, na Assembleia Geral Ordinária em que se realizaram as eleições da Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Conselho Fiscal, na data de vinte e três de novembro de dois mil e dezenove.

Agnaldo Comin
Secretário da Assembleia

Agnaldo Comin



Everaldo Hartmann
Presidente da Assembleia

Everaldo Hartmann



OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIÃO DE NOTAS DO
MUNICÍPIO DE JARINU - SP

R. Eugênio da Silva Bressane, 51 - Jardim Saúde - CEP 13240-000 - Fone: (11) 4016-4620 / (11) 4016-3549 - E-mail: atendimento@cartoriojarinu.com.br

OFICIAL DE RCPN E TABELIÃO DE NOTAS DA SEDE DE JARINU

RECONHECIDO POR SEMELHANÇA A(S) FIRMA(S) DE:

[1VCC6ZH2]-AGNALDO COMIN.....

[1VCC6HT2]-EVERALDO HARTMANN.....

DOU FEJ.FOR ATO R\$ 13,00. EM TESTE

VERDADE. 09/01/2020 10:52:25 THAINA CRISTINA CARVALHO

ESCREVENTE II

VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE SEM EMENDAS E/OU RASURAS





PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU / SP
Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social

Jarinu, 30 de março de 2022

ATESTADO DE IDONIEDADE

ATESTO para os devidos fins, que o Sr. Ageu Calixto CPF nº 259.393.028-40, pertencente a Diretoria da APAE Jarinu – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jarinu/SP, inscrita no CNPJ 07.468.675/0001-09, localizada na Av. João Pedro Ferraz, 823 Jarinu/SP, é cidadão que desfruta de condutas de ilibada idoneidade e que goza de bom conceito social e moral.

Silviane Ferrara

Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social



PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU / SP
Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social

Jarinu, 30 de março de 2022

ATESTADO DE IDONIEDADE

ATESTO para os devidos fins, que o Sr. Alfranci dos Santos Dias CPF nº 743.915.507-68, pertencente a Diretoria da APAE Jarinu – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jarinu/SP, inscrita no CNPJ 07.468.675/0001-09, localizada na Av. João Pedro Ferraz, 823 Jarinu/SP, é cidadão que desfruta de condutas de ilibada idoneidade e que goza de bom conceito social e moral.

Silviane Ferrara

Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social



PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU / SP
Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social

Jarinu, 30 de março de 2022.

ATESTADO DE IDONIEDADE

ATESTO para os devidos fins, que o Sr. Benedito Paulo de Souza CPF nº 057.185.068-50, pertencente a Diretoria da APAE Jarinu – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jarinu/SP, inscrita no CNPJ 07.468.675/0001-09, localizada na Av. João Pedro Ferraz, 823 Jarinu/SP, é cidadão que desfruta de condutas de ilibada idoneidade e que goza de bom conceito social e moral.

Silviane Ferrara

Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social



PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU / SP
Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social

Jarinu, 30 de março de 2022

ATESTADO DE IDONIEDADE

ATESTO para os devidos fins, que o Sr. Divanir Franco de Moraes CPF nº 024.894.028-70, pertencente a Diretoria da APAE Jarinu – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jarinu/SP, inscrita no CNPJ 07.468.675/0001-09, localizada na Av. João Pedro Ferraz, 823 Jarinu/SP, é cidadão que desfruta de condutas de ilibada idoneidade e que goza de bom conceito social e moral.

Silviane Ferrara

Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social



PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU / SP
Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social

Jarinu, 30 de março de 2022

ATESTADO DE IDONIEDADE

ATESTO para os devidos fins, que o Sr. Everaldo Hartmann CPF nº 861.289.909-59, pertencente a Diretoria da APAE Jarinu – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jarinu/SP, inscrita no CNPJ 07.468.675/0001-09, localizada na Av. João Pedro Ferraz, 823 Jarinu/SP, é cidadão que desfruta de condutas de ilibada idoneidade e que goza de bom conceito social e moral.

Silviane Ferrara

Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social



PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU / SP
Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social

Jarinu, 30 de março de 2022

ATESTADO DE IDONIEDADE

ATESTO para os devidos fins, que o Sr. Gilberto dos Santos CPF n° 148.206.498-76, pertencente a Diretoria da APAE Jarinu – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jarinu/SP, inscrita no CNPJ 07.468.675/0001-09, localizada na Av. João Pedro Ferraz, 823 Jarinu/SP, é cidadão que desfruta de condutas de ilibada idoneidade e que goza de bom conceito social e moral.

Silviane Ferrara

Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social



PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU / SP
Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social

Jarinu, 30 de março de 2022

ATESTADO DE IDONIEDADE

ATESTO para os devidos fins, que o Sr(a) Izabel Maria Bogoni CPF n° 093.749.168-35, pertencente a Diretoria da APAE Jarinu – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jarinu/SP, inscrita no CNPJ 07.468.675/0001-09, localizada na Av. João Pedro Ferraz, 823 Jarinu/SP, é cidadã que desfruta de condutas de ilibada idoneidade e que goza de bom conceito social e moral.

Silviane Ferrara

Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social



PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU / SP
Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social

Jarinu, 30 de março de 2022

ATESTADO DE IDONIEDADE

ATESTO para os devidos fins, que o Sr. José Marcelo de Campos Alduino CPF nº030.098.248-82, pertencente a Diretoria da APAE Jarinu – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jarinu/SP, inscrita no CNPJ 07.468.675/0001-09, localizada na Av. João Pedro Ferraz, 823 Jarinu/SP, é cidadão que desfruta de condutas de ilibada idoneidade e que goza de bom conceito social e moral.

Silviane Ferrara

Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social



PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU / SP
Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social

Jarinu, 30 de março de 2022

ATESTADO DE IDONIEDADE

ATESTO para os devidos fins, que o Sr(a) Josiane Martins de Oliveira Calixto CPF n° 958.792.429-00, pertencente a Diretoria da APAE Jarinu – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jarinu/SP, inscrita no CNPJ 07.468.675/0001-09, localizada na Av. João Pedro Ferraz, 823 Jarinu/SP, é cidadã que desfruta de condutas de ilibada idoneidade e que goza de bom conceito social e moral.

Silviane Ferrara

Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social



PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU / SP
Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social

Jarinu, 30 de março de 2022

ATESTADO DE IDONIEDADE

ATESTO para os devidos fins, que o Sr(a) Luzia de Fátima Pereira Machado de Souza CPF nº 273.249.838-63, pertencente a Diretoria da APAE Jarinu – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jarinu/SP, inscrita no CNPJ 07.468.675/0001-09, localizada na Av. João Pedro Ferraz, 823 Jarinu/SP, é cidadã que desfruta de condutas de ilibada idoneidade e que goza de bom conceito social e moral.

Silviane Ferrara

Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social



PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU / SP
Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social

Jarinu, 30 de março de 2022

ATESTADO DE IDONIEDADE

ATESTO para os devidos fins, que o Sr. Marcos Eliseu Balles CPF nº 071.636.658-49, pertencente a Diretoria da APAE Jarinu – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jarinu/SP, inscrita no CNPJ 07.468.675/0001-09, localizada na Av. João Pedro Ferraz, 823 Jarinu/SP, é cidadão que desfruta de condutas de ilibada idoneidade e que goza de bom conceito social e moral.

Silviane Ferrara

Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social



PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU / SP
Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social

Jarinu, 30 de março de 2022

ATESTADO DE IDONIEDADE

ATESTO para os devidos fins, que o Sr(a) Maria Inez Franco Castelli CPF n° 820.671.398-00, pertencente a Diretoria da APAE Jarinu – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jarinu/SP, inscrita no CNPJ 07.468.675/0001-09, localizada na Av. João Pedro Ferraz, 823 Jarinu/SP, é cidadã que desfruta de condutas de ilibada idoneidade e que goza de bom conceito social e moral.

Silviane Ferrara

Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social



PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU / SP
Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social

Jarinu, 30 de março de 2022

ATESTADO DE IDONIEDADE

ATESTO para os devidos fins, que o Sr(a) Maria Josiane de Brito Comin CPF nº 251.449.898-88, pertencente a Diretoria da APAE Jarinu – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jarinu/SP, inscrita no CNPJ 07.468.675/0001-09, localizada na Av. João Pedro Ferraz, 823 Jarinu/SP, é cidadã que desfruta de condutas de ilibada idoneidade e que goza de bom conceito social e moral.

Silviane Ferrara

Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social



PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU / SP
Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social

Jarinu, 30 de março de 2022

ATESTADO DE IDONIEDADE

ATESTO para os devidos fins, que o Sr. Osmar dos Santos CPF n° 393.323.088-91, pertencente a Diretoria da APAE Jarinu – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jarinu/SP, inscrita no CNPJ 07.468.675/0001-09, localizada na Av. João Pedro Ferraz, 823 Jarinu/SP, é cidadão que desfruta de condutas de ilibada idoneidade e que goza de bom conceito social e moral.

Silviane Ferrara

Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social



PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU / SP
Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social

Jarinu, 30 de março de 2022

ATESTADO DE IDONIEDADE

ATESTO para os devidos fins, que o Sr. Paulo Henrique Eziquiel da Silva CPF nº 045.661.528-80, pertencente a Diretoria da APAE Jarinu – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jarinu/SP, inscrita no CNPJ 07.468.675/0001-09, localizada na Av. João Pedro Ferraz, 823 Jarinu/SP, é cidadão que desfruta de condutas de ilibada idoneidade e que goza de bom conceito social e moral.

Silviane Ferrara

Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social



PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU / SP
Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social

Jarinu, 30 de março de 2022

ATESTADO DE IDONIEDADE

ATESTO para os devidos fins, que o Sr(a) Rita Andrea da Silva Vital, CPF nº 365.914.208-51, pertencente a Diretoria da APAE Jarinu – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jarinu/SP, inscrita no CNPJ 07.468.675/0001-09, localizada na Av. João Pedro Ferraz, 823 Jarinu/SP, é cidadã que desfruta de condutas de ilibada idoneidade e que goza de bom conceito social e moral.

Silviane Ferrara

Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social



PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU / SP
Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social

Jarinu, 30 de março de 2022

ATESTADO DE IDONIEDADE

ATESTO para os devidos fins, que o Sr. Roberto José de Souza CPF nº 561.801.798-91, pertencente a Diretoria da APAE Jarinu – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jarinu/SP, inscrita no CNPJ 07.468.675/0001-09, localizada na Av. João Pedro Ferraz, 823 Jarinu/SP, é cidadão que desfruta de condutas de ilibada idoneidade e que goza de bom conceito social e moral.

Silviane Ferrara

Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social



PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU / SP
Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social

Jarinu, 30 de março de 2022

ATESTADO DE IDONIEDADE

ATESTO para os devidos fins, que o Sr(a) Ruth Franco Gomes Leme CPF nº 053.275.128-00, pertencente a Diretoria da APAE Jarinu – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jarinu/SP, inscrita no CNPJ 07.468.675/0001-09, localizada na Av. João Pedro Ferraz, 823 Jarinu/SP, é cidadã que desfruta de condutas de ilibada idoneidade e que goza de bom conceito social e moral.

Silviane Ferrara

Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social



PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU / SP
Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social

Jarinu, 30 de março de 2022

ATESTADO DE IDONIEDADE

ATESTO para os devidos fins, que o Sr(a) Simone Donizette Carvalho Silva CPF nº 328.115.068-37, pertencente a Diretoria da APAE Jarinu – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jarinu/SP, inscrita no CNPJ 07.468.675/0001-09, localizada na Av. João Pedro Ferraz, 823 Jarinu/SP, é cidadã que desfruta de condutas de ilibada idoneidade e que goza de bom conceito social e moral.

Silviane Ferrara

Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social



PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU / SP
Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social

Jarinu, 17 de Março de 2022.

Ofício nº31/2022

De: Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social

Para: APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jarinu/SP.

Ref: Atestado de Idoneidade Moral

ATESTO para os devidos fins, que a Diretoria da APAE Jarinu – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jarinu/SP, inscrita no CNPJ 07.468.675/0001-09, localizada a Av. João Pedro Ferraz, 823 Jarinu/SP, são cidadãos que desfrutam de condutas de ilibada idoneidade e que gozam de bom conceito social e moral.

Atenciosamente,

Silviane Ferrara

Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	Saldo Atual
ATIVO	572.736,99D
ATIVO CIRCULANTE	326.982,46D
DISPONÍVEL	323.984,35D
CAIXA	266,47D
CAIXA GERAL	266,47D
APLICAÇÕES FINANCEIRAS LIQUIDEZ IMEDIATA	323.717,88D
BANCO DO BRASIL S/A 636-X	34.380,27D
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL 003/00000018-7	212,31D
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL 013/00000439-2	196,58D
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL 18-7	136.871,18D
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL 521-9	34.569,85D
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL 29-2	45.366,52D
BANCO DO BRASIL S/A 19.607 - X	72.121,17D
OUTROS CRÉDITOS	2.998,11D
ADIANTAMENTO A EMPREGADOS	1.886,65D
ADIANTAMENTO DE SALÁRIO	1.886,65D
TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR	1.111,46D
TRIBUTOS PAGOS A MAIOR OU INDEVIDAMENTE	1.111,46D
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	245.754,53D
IMOBILIZADO	245.754,53D
IMOBILIZADO - ASSISTÊNCIA SOCIAL	177.268,49D
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	8.945,00D
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	863,00D
EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	51.334,59D
VEÍCULOS	49.998,00D
EQUIPAMENTOS ESCOLAR	2.935,90D
ARTES	450,00D
TERRENOS	62.742,00D
(-) DEPRECIACÕES - ASSISTÊNCIA SOCIAL	65.735,93C
(-) DEPRECIACÃO MÓVEIS E UTENSÍLIOS	3.058,83C
(-) DEPRECIACÃO MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	529,87C
(-) DEPRECIACÃO EQUIPAMENTOS INFORMÁTICA	9.176,58C
(-) DEPRECIACÃO VEÍCULOS	49.998,00C
(-) DEPRECIACÃO EQUIPAMENTOS ESCOLAR	2.972,65C
IMOBILIZADO - SAÚDE	40.884,02D
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	4.717,71D
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	4.004,25D
EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	5.273,50D
EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS	7.963,00D
TESTES PSICOLÓGICOS	5.199,65D
EQUIPAMENTOS ESCOLAR	13.725,91D
(-) DEPRECIACÕES - SAÚDE	38.226,94C
(-) DEPRECIACÃO MÓVEIS E UTENSÍLIOS	3.569,73C
(-) DEPRECIACÃO MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	3.671,12C
(-) DEPRECIACÃO EQUIPAMENTOS INFORMÁTICA	5.273,50C
(-) DEPRECIACÃO EQUIP. ODONTOLÓGICOS	7.963,00C
(-) DEPRECIACÃO TESTES PSICOLÓGICOS	4.023,70C
(-) DEPRECIACÃO EQUIPAMENTO ESCOLAR	13.725,89C
IMOBILIZADO - EDUCAÇÃO	33.542,49D
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	7.790,39D
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	4.719,00D
EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	3.478,96D
TESTES PSICOLÓGICOS	3.744,82D
EQUIPAMENTOS ESCOLAR	13.809,32D
(-) DEPRECIACÕES - EDUCAÇÃO	31.345,84C
(-) DEPRECIACÃO MÓVEIS E UTENSÍLIOS	7.790,39C
(-) DEPRECIACÃO MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	4.516,19C
(-) DEPRECIACÃO EQUIPAMENTOS INFORMÁTICA	3.119,16C
(-) DEPRECIACÃO TESTES PSICOLÓGICOS	2.110,81C

BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	Saldo Atual
(-) DEPRECIAÇÃO EQUIPAMENTOS ESCOLAR	13.809,29C
BENS INCORPÓREOS - ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.876,90D
DIREITOS DE USO - SOFTWARES	1.876,90D
(-) AMORTIZAÇÕES - ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.863,05C
(-) AMORTIZAÇÃO DIREITO USO - SOFTWARE	1.863,05C
IMOBILIZADO EM ANDAMENTO - ASSISTÊNCIA SOCIAL	129.354,39D
OBRAS EM ANDAMENTO	129.354,39D
PASSIVO	572.736,99C
CIRCULANTE	0,00
PASSIVO CIRCULANTE	86.398,24C
FORNECEDORES	901,30C
FORNECEDORES	901,30C
W R MIGOTTO PROJETOS ME	567,00C
COLOR TINTAS	334,30C
OBRIGAÇÕES TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA	85.496,94C
OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL	65.126,55C
SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR	42.898,83C
SALÁRIOS P/ TÉCNICOS A PAGAR	22.227,72C
OBRIGAÇÕES SOCIAIS	20.370,39C
INSS A RECOLHER	7.156,07C
FGTS A RECOLHER	5.746,08C
IRRF S/ FOLHA A RECOLHER	6.994,22C
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL A RECOLHER	474,02C
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	15.576,07C
PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	15.576,07C
RECURSOS PENDENTES CONVÊNIOS E CONTRATOS	14.996,07C
SUBVENÇÃO ESTADUAL - EDUCAÇÃO	2.148,27C
SUBVENÇÃO MUNICIPAL - EDUCAÇÃO	11.136,68C
SUBVENÇÃO MUNICIPAL - ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.711,12C
VALORES A COMPENSAR	580,00C
CHEQUES A COMPENSAR	580,00C
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	470.762,68C
SUPERÁVIT OU DÉFICIT ACUMULADOS	470.762,68C
SUPERÁVIT OU DÉFICIT ACUMULADOS	470.762,68C
SUPERÁVIT ACUMULADOS	314.575,16C
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO EM CURSO	156.187,52C

JARINU, 16 de Março de 2022

JOSE MARCELO DE CAMPOS ALDUINO
PRESIDENTE
CPF: 030.098.248-82

JONATHAN CEZAR MALERBA
Reg. no CRC - SP sob o No. 236757/O-9
CPF: 287.397.818-01

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2021

Descrição	Saldo Atual
RECEITAS - ASSISTÊNCIA SOCIAL	698.833,67
RECEITAS C/ CONTRIBUIÇÕES	53.282,00
RECEITAS C/ DOAÇÕES PJ	23.000,00
RECEITAS C/ BAZAR	34.711,97
RECEITAS C/ FESTA DO MORANGO	35.649,78
SECRETARIA MUNICIPAL	492.407,89
RECEITAS FRANGO C/ POLENTA	16.380,95
RECEITAS DOMINGO NO PARQUE	5.859,53
RECEITAS PROJETO MELHOR ATENDER	37.541,55
OUTRAS RECEITAS - ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.622,22
JUROS S/ APLICAÇÕES	2.622,22
DOAÇÕES DE MATERIAIS DE CONSUMO - ASSISTÊNCIA SOCIAL	92.704,32
DOAÇÕES VINCULADAS CONS DOS ATENDIDOS	92.704,32
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS - ASSISTÊNCIA SOCIAL	71.481,99
AVISO PRÉVIO DESCONTADO	1.790,00
CRÉDITO NOTA FISCAL PAULISTA	69.691,99
ISENÇÃO DA COTA PATRONAL DO INSS - ASSISTÊNCIA SOCIAL	112.366,79
ISENÇÃO DA COTA PATRONAL DO INSS	112.366,79
ISENÇÃO DA COTA PATRONAL DO INSS - ADMINISTRAÇÃO	8.823,22
ISENÇÃO DA COTA PATRONAL DO INSS	8.823,22
SUBVENÇÕES - EDUCAÇÃO	393.351,06
SECRETARIA ESTADUAL	176.526,73
SECRETÁRIA MUNICIPAL	216.824,33
OUTRAS RECEITAS - EDUCAÇÃO	4.962,47
JUROS S/ APLICAÇÕES	4.962,47
ISENÇÃO DA COTA PATRONAL DO INSS - EDUCAÇÃO	97.480,75
ISENÇÃO DA COTA PATRONAL DO INSS - MUNIC	50.485,61
ISENÇÃO DA COTA PATRONAL DO INSS - ESTAD	46.995,14
RECEITA LÍQUIDA	1.482.626,49
LUCRO BRUTO	1.482.626,49
DESPESAS OPERACIONAIS	(1.326.438,97)
DESPESAS COM PESSOAL - ADMINISTRAÇÃO	(32.075,74)
SALÁRIOS E ORDENADOS	(22.854,31)
13º SALÁRIO	(1.895,65)
FÉRIAS	(2.564,97)
ADICIONAL DE PERICULOSIDADE	(4.760,81)
PESSOAL ENCARGOS SOCIAIS - ADMINISTRAÇÃO	(11.389,22)
FGTS	(2.566,00)
COTA PATRONAL INSS	(8.823,22)
PESSOAL BENEFÍCIOS - ADMINISTRAÇÃO	(7.653,59)
EXAME MÉDICO	(774,00)
UNIFORMES/EQUIP. SEGURANÇA	(6.879,59)
DESPESAS COM EXPEDIENTE - ADMINISTRAÇÃO	(28.739,49)
TELEFONE	(3.091,00)
INTERNET	(459,50)
MATERIAL DE ESCRITÓRIO	(7.040,24)
MATERIAL COPA/COZINHA	(2.460,09)
LANCHES/REFEIÇÕES	(385,16)
CARTÓRIOS	(141,37)

JARINU, 17 de Março de 2022

Jonathan César Malerba
 CRC: 1SP 236.757/0-9

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2021

Descrição	Saldo Atual
DESPESAS COM EXPEDIENTE - ADMINISTRAÇÃO	(28.739,49)
SEGUROS	(4.164,68)
VIAGENS/ESTADIAS	(427,80)
BENS DE PEQUENO VALOR	(869,96)
EVENTOS/REUNIÕES/FESTIVIDADES	(2.317,96)
MATERIAL DE LIMPEZA	(4.302,04)
ESTACIONAMENTO	(1.256,00)
FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAES	(585,79)
FEDERAÇÃO ESTADUAL DAS APAES	(1.237,90)
DESPESAS COM MANUTENÇÃO - ADMINISTRAÇÃO	(4.793,00)
SERVIÇOS MANUTENÇÃO INSTALAÇÕES/ EQUIP	(3.353,00)
LOCAÇÃO MÁQUINAS/EQUIPAMENTOS	(1.440,00)
MANUTENÇÃO C/ INSTALAÇÕES - ADMINISTRAÇÃO	(8.901,29)
MATERIAL MANUTENÇÃO C/ INSTALAÇÕES	(4.456,29)
SERVIÇOS MANUTENÇÃO C/ INSTALAÇÕES	(4.445,00)
MANUTENÇÃO C/ VEÍCULOS - ADMINISTRAÇÃO	(23.535,49)
COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	(14.616,13)
PEÇAS/ACESSÓRIOS/PNEUS - MOTOBOY	(250,00)
IPVA/MULTA/DESPACHANTE	(1.590,00)
DESPESAS C/ VEÍCULOS	(7.079,36)
DESPESAS C/ SERVIÇOS TERCEIROS PF - ADMINISTRAÇÃO	(100,00)
SERVIÇOS PRESTADOS PF	(100,00)
DESPESAS C/ SERVIÇOS TERCEIROS PJ - ADMINISTRAÇÃO	(7.706,91)
SERVIÇOS CONTÁBEIS PJ	(3.046,91)
SERVIÇOS ASSESSORIA PJ	(960,00)
SERVIÇOS PRESTADOS PJ	(3.700,00)
OUTRAS DESPESAS - ADMINISTRAÇÃO	(2.475,00)
DEPRECIACÃO	(2.475,00)
DESPESAS BANCÁRIAS - ADMINISTRAÇÃO	(52,25)
TARIFAS BANCÁRIAS	(52,25)
DESPESAS FINANCEIRAS - ADMINISTRAÇÃO	(262,39)
JUROS/MULTAS PASSIVAS	(262,39)
DESPESAS TRIBUTÁRIAS - ADMINISTRAÇÃO	(2.432,50)
TAXAS E EMOLUMENTOS	(2.432,50)
DESPESAS COM PESSOAL - ASSISTÊNCIA SOCIAL	(465.951,23)
SALÁRIOS E ORDENADOS	(167.791,66)
FÉRIAS	(22.154,06)
13º SALÁRIO	(15.452,79)
PRESTADORES DE SERVIÇOS	(253.996,68)
HORAS EXTRAS	(6.556,04)
PESSOAL ENCARGOS SOCIAIS - ASSISTÊNCIA SOCIAL	(129.704,54)
FGTS	(17.337,75)
COTA PATRONAL INSS	(112.366,79)
DESPESAS EXPEDIENTE - ASSISTÊNCIA SOCIAL	(98.490,93)
TELEFONE	(3.090,94)
MATERIAL DE ESCRITÓRIO	(11,90)
BENS DE PEQUENO VALOR	(569,05)
INTERNET	(399,60)
DESPESAS C/ ALIMENTOS - CONSUMO ATENDIDOS	(15.579,78)
DESPESAS DIVERSAS - CONSUMO ATENDIDOS	(78.839,66)
MANUTENÇÃO S/ INSTALAÇÕES - ASSISTÊNCIA SOCIAL	(300,00)
SERVIÇOS MANUTENÇÃO C/ INSTALAÇÕES	(300,00)

Jonathan César Malerba
 CRC: ISP 236.757/0-9

JARINU, 17 de Março de 2022

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2021

Descrição	Saldo Atual
DESPESAS C/ SERVIÇOS TERCEIROS PJ - ASSISTÊNCIA SOCIAL	(3.046,81)
SERVIÇOS CONTÁBEIS PJ	(3.046,81)
OUTRAS DESPESAS - ASSISTÊNCIA SOCIAL	(524,43)
DEPRECIÇÃO	(524,43)
DESPESAS C/ PESSOAL - EDUCAÇÃO	(364.111,95)
SALÁRIOS - MUNICIPAL	(128.759,58)
FÉRIAS - MUNICIPAL	(14.401,42)
13º SALÁRIO - MUNICIPAL	(13.156,55)
PRESTADORES DE SERVIÇOS - MUNICIPAL	(36.309,00)
SALÁRIOS - ESTADUAL	(143.326,62)
FÉRIAS - ESTADUAL	(15.318,03)
13º SALÁRIO - ESTADUAL	(12.840,75)
PESSOAL ENCARGOS SOCIAIS - EDUCAÇÃO	(123.512,20)
FGTS - MUNICIPAL	(12.503,57)
FGTS - ESTADUAL	(13.527,88)
COTA PATRONAL INSS - ESTADUAL	(46.995,14)
COTA PATRONAL INSS - MUNICIPAL	(50.485,61)
PESSOAL BENEFÍCIOS - EDUCAÇÃO	(974,50)
UNIFORMES/EQUIP. SEGURANÇA	(974,50)
DESPESAS C/ EXPEDIENTE - EDUCAÇÃO	(6.187,15)
TELEFONE	(3.090,83)
MATERIAL DE ESCRITÓRIO	(202,50)
MATERIAL COPA/COZINHA	(1.110,32)
EVENTOS/REUNIÕES/FESTIVIDADES	(1.312,61)
MATERIAL DIDÁTICO E PEDAGÓGICO	(71,29)
INTERNET	(399,60)
DESPESAS C/ SERVIÇOS TERCEIROS PJ - EDUCAÇÃO	(3.046,80)
SERVIÇOS CONTÁBEIS PJ	(3.046,80)
OUTRAS DESPESAS - EDUCAÇÃO	(471,56)
DEPRECIÇÃO	(471,56)
RESULTADO OPERACIONAL	156.187,52
RESULTADO ANTES DO IR E CSL	156.187,52
SUPERÁVIT	156.187,52

JARINU, 17 de Março de 2022

JOSE MARCELO DE CAMPOS ALDUINO
PRESIDENTE
CPF: 030.098.248-82

JONATHAN CEZAR MALERBA
Reg. no CRC - SP sob o No. 236757/O-9
CPF: 287.397.818-01

Jonathan César Malerba
CRC: 1SP 236.757/O-9

 Voltar a home

Site acessível em libras



[HOME](#) | [APAE](#) | [TRANSPARÊNCIA](#) | [GALERIA DE FOTOS](#) | [LOJA APAE](#) |

[NOTÍCIAS](#) | [CONTRIBUIÇÕES](#) | [PARCEIROS](#) | [CONTATO](#)

TRANSPARÊNCIA - PRESTAÇÃO DE CONTAS 2021

 **BALANÇO CONTÁBIL E NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

 **EDUCAÇÃO MUNICIPAL**

 **EDUCAÇÃO ESTADUAL**

 **ASSISTÊNCIA SOCIAL**

(11) 4016-4477 - APAEJARINU@IG.COM.BR

NAS REDES SOCIAIS

Copyright © 2022. Todos os direitos reservados a Apae

Produzido por

III – Conselho Fiscal;

IV – Diretoria Executiva;

V – Autodefensoria;

VI – Conselho Consultivo.

§ 1º – Os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, e os da Diretoria Executiva deverão ser associados contribuintes da APAE há, pelo menos, 1 (um) ano, preferencialmente com experiência diretiva no Movimento Apeano, quites com suas obrigações junto à tesouraria, ou associados especiais que comprovem matrícula e frequência regulares há, no mínimo, 1(um) ano, nos programas de atendimento da APAE.

§ 2º – O exercício das funções de membros dos órgãos indicados neste artigo não pode ser remunerado por qualquer forma ou título, sendo vedada a distribuição de lucros, resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio sob nenhuma forma ou pretexto ou de quaisquer outras vantagens ou benefícios por qualquer forma a diretores, sócios, conselheiros, instituidores, benfeitores ou equivalentes.

§ 3º – Os cargos do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e o da Diretoria Executiva deverão ser ocupados, sempre que possível, por, no mínimo, 30% de pais ou responsáveis legalmente constituídos.

Art. 22 – Dirigentes de empresas terceirizadas, seus cônjuges, descendentes ou ascendentes, conviventes e parentes até o terceiro grau, que mantenham qualquer vínculo contratual ou comercial com a APAE, não poderão integrar a sua Diretoria Executiva, o seu Conselho de Administração nem o seu Conselho Fiscal.

Seção II

Da Assembleia Geral

Art. 23 – A Assembleia Geral, Ordinária ou Extraordinária, órgão soberano da APAE, será constituída pelos associados especiais e contribuintes que a ela comparecerem, quites com suas obrigações sociais e financeiras.

§ 1º – Terão direito de votar, nas Assembleias Gerais os associados especiais que comprovem a matrícula e a frequência regular há pelo menos 1 (um) ano nos programas de atendimento da APAE, e os associados contribuintes, exigindo-se destes a adesão ao quadro de associados da APAE há, no mínimo, 1 (um) ano, e que estejam em dia com suas obrigações sociais e financeiras.

§ 2º – No caso de procuração, esta deverá ter firma reconhecida em cartório, sendo que o outorgante e o outorgado deverão ser associados da APAE.

§ 3º – Não se admite mais de uma procuração por associado especial ou contribuinte.

Jarinu, 27 de julho de 2021.

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

INSCRIÇÃO Nº 05
CMAS Jarinu

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

APAE Jarinu-Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jarinu

CNPJ:

07.468.675/0001-09

ENDEREÇO:

Av. Ver. Pedro Ferraz, 823, Esplanada do Carmo, Jarinu/SP., CEP. 13.240-000

A OSC APAE Jarinu, está devidamente inscrita neste Conselho Municipal de Assistência Social de Jarinu/SP., sob o número 05.

SERVIÇO TIPIFICADO:

Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias – Unidade Referenciada.

A presente inscrição é por tempo indeterminado.



Lucila Aparecida Revolti Negri

Presidente CMAS de Jarinu/SP.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU / SP
Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social

Jarinu, 30 de março de 2022.

DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins que o **Presidente:** José Marcelo de Campos Alduino CPF nº 030.098.248-82, **Vice-Presidente:** Maria Inez Franco Castelli CPF nº 820.671.398-00, os **Diretores:** Divanir Franco de Moraes CPF nº 024.894.028-70; Simone Donizette Carvalho Silva CPF nº 328.115.068-37; Paulo Henrique Eziquiel da Silva CPF nº 045.661.528-80; Josiane Martins de Oliveira Calixto CPF nº 958.792.429-00; Luzia de Fátima Pereira Machado de Souza CPF nº 273.249.838-63; Roberto José de Souza CPF nº 561.801.798-91, **Conselheiros:** Ageu Calixto CPF nº 259.393.028-40; Maria Josiane de Brito Comin CPF nº 251.449.898-88; Osmar dos Santos CPF nº 393.323.088-91; Ruth Franco Gomes Leme CPF nº 053.275.128-00; Marcos Eliseu Balles CPF nº 071.636.658-49; Alfranci dos Santos Dias CPF nº 743.915.507-68; Everaldo Hartmann CPF nº 861.289.909-59; Benedito Paulo de Souza CPF nº 057.185.068-50; Gilberto dos Santos CPF nº 148.206.498-76; Izabel Maria Bogoni, CPF nº 093.749.168-35; Rita Andrea da Silva Vital CPF nº 365.914.208-51, da Organização da Sociedade Civil – OSC, APAE JARINU – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JARINU, não receberam nenhuma remuneração, bônus, pró-labore ou auxílio de custo sob qualquer título, nos exercícios anteriores.

Silviane Ferrara

Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social



RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO REFERENTE AOS 3 ANOS IMEDIATAMENTE ANTERIORES A FORMULAÇÃO DA PROPOSIÇÃO

A APAE Jarinu é uma Organização da Sociedade Civil de defesa e garantia de direitos às pessoas com deficiência, atende pessoas com atraso no desenvolvimento neuropsicomotor, deficiência intelectual e/ou múltipla e/ou transtorno do espectro autista, sem limite de faixa etária e suas famílias, residentes no município de Jarinu, Estado de São Paulo.

A Organização presta serviços na área da Assistência Social e Educação Especial.

A área da assistência social atende atualmente 254 usuários.

Segue abaixo os programas desenvolvidos e a quantidade de atendimentos nos anos de 2019, 2020 e 2021.

- O *Programa de Avaliação Psicodiagnóstica* realizou cerca de 508 atendimentos.
- O *Programa de Prevenção e Detecção Precoce de Deficiências* realizou 389 atendimentos.
- O *Programa de Orientação e Apoio a Família e Comunidade* realizou cerca de 297 visitas domiciliares e 1.610 orientações as famílias.
- O *Programa de Atendimento Terapêutico Individualizado* é realizado nas especialidades:
 - Serviço Social realizou 2.341 atendimentos;
 - Fisioterapia realizou 2.948 atendimentos;
 - Fonoaudiologia realizou 6.658 atendimentos;
 - Psicologia realizou 11.220 atendimentos;
 - Terapia Ocupacional realizou 6.380 atendimentos;
 - Nutrição realizou 1.452 atendimentos;
 - Neuropediatria realizou 552 atendimentos.



APAE JARINU - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JARINU
CNPJ 07.468.675/0001-09 INSC.MUN 3.319 UTIL.PUBLICA MUN 1.646/25.08.2005
CMDCA 03 CMAS 05 CEBAS PORT. 104/2015/164 SEADS 5887/07

A área de educação especial atende atualmente a 89 alunos, nos anos de 2019, 2020 e 2021, ministrou aulas a 235 alunos distribuídos em 06 turmas assim divididas:

- Alfabetização Inicial, na faixa etária de 06 a 14 anos e 11 meses;
- Programa educando para a vida, na faixa etária de 15 anos a 29 anos e 11 meses;
- Programa socioeducacional, na faixa etária de 30 anos em diante.

Como forma de planejamento e avaliação de cada aluno, foi elaborado o Plano de Ensino Individualizado (PEI), realizado pela equipe técnica, composta por psicologia, terapia ocupacional, fonoaudiologia, fisioterapia, nutrição e de educação que é formada por professores de educação especial e psicopedagoga, conjuntamente com os pais ou responsáveis dos alunos.

Durante o ano de 2020, o ensino especial presencial ocorreu até 18.03.2020 com programas educacionais especiais, como apoio psicopedagógico, que promoveram a aprendizagem formal ao aluno, de acordo com suas habilidades, visando sua participação e inclusão na sociedade, inovando, criando estratégias e buscando soluções que promovam aprendizagens e vivências, despertando o senso crítico.

Posteriormente a publicação da Deliberação CEE 177 de 18 de Março de 2020, as aulas de Educação Especial Luz da Fraternidade, passaram a ser ministradas através de atividades remotas, via internet e ou enviadas aos alunos em blocos impressos e entregues na residência de cada aluno no período de suspensão das aulas presenciais durante a pandemia.

José Marcelo de Campos Alduino
Presidente

Érica Aparecida Sales Pinheiro
Diretora Escolar

Ariane Ferracini
Coordenadora Técnica

Erica Ap. Sales Pinheiro
Diretora Escolar
RG: 40.580.483-0

Av. João Pedro Ferraz, 823 - Esplanada do Carmo - Jarinu/SP
CEP: 13.240 - 000 Caixa Postal - 093
Fone (11) 4016 - 4477 / 4446 e-mail apaejarinu@ig.com.br

Ariane Ferracini
Coordenadora Técnica
APAE JARINU